



Avaliação,
Políticas
e Expansão
**da Educação
Brasileira 10**

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 10

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 10 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 10)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-467-2 DOI 10.22533/at.ed.672191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BILDUNG E A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	
Munir José Lauer	
Carmem Lucia Albrecht da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910071	
CAPÍTULO 2	11
A JUSTIÇA E A META 19: QUESTÕES EM TORNO DO CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Carmem Lúcia Albrecht da Silveira	
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani	
DOI 10.22533/at.ed.6721910072	
CAPÍTULO 3	20
A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA SOBRE O PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Renata Riva Finatti	
DOI 10.22533/at.ed.6721910073	
CAPÍTULO 4	36
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA PROUNI: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS BOLSISTAS E O CONTEXTO DE PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA	
Leonardo Nascimento de Lima	
Lorena Machado do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6721910074	
CAPÍTULO 5	47
CHARTER SCHOOLS E CONTRATOS DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO: DEBATENDO SOBRE LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Henrique Dias Gomes de Nazareth	
DOI 10.22533/at.ed.6721910075	
CAPÍTULO 6	57
CULTURA POLÍTICA E EDUCAÇÃO: ANÍSIO TEIXEIRA (1951 A 1964)	
Pedro Henrique Nascimento de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910076	
CAPÍTULO 7	70
DIFICULTADORES NA GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL EM BOA VISTA/RR	
Eduardo Tarragó	
Saiuri Totta Tarragó	
DOI 10.22533/at.ed.6721910077	
CAPÍTULO 8	84
DIVULGANDO O IFPR – O CONHECIMENTO ALÉM DAS SALAS	
Leandro Rafael Pinto	
Wilson Lemos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6721910078	

CAPÍTULO 9	101
GESTÃO DEMOCRÁTICA: AÇÕES VIVENCIADAS EM ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL NA ZONA LESTE DE MANAUS-AM	
Francisca Arlete Costa de Oliveira Márcio Silveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6721910079	
CAPÍTULO 10	114
PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES E PRÁTICAS EM AÇÃO	
Luciane Spanhol Bordignon Eliara Zavieruka Levinski	
DOI 10.22533/at.ed.67219100710	
CAPÍTULO 11	127
RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Emeline Dias Lódi	
DOI 10.22533/at.ed.67219100711	
CAPÍTULO 12	135
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
Rosa Maria da Silva Kátia Cristina Nascimento Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.67219100712	
CAPÍTULO 13	145
AÇÕES INTEGRADORAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RESULTADOS DE UMA INTERVENÇÃO DIDÁTICA COM MATERIAIS DE BAIXO CUSTO	
Nirlei Terezinha Teodoro Paulo Vitor Teodoro de Souza Nicéa Quintino Amauro	
DOI 10.22533/at.ed.67219100713	
CAPÍTULO 14	151
EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E NOVO MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS	
Deuzeni Gomes da Silva Sônia Santana da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.67219100714	
CAPÍTULO 15	159
ENSINO MÉDIO NO CAMPO E AS (IM)POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO INTEGRAL A PARTIR DA LEI 13.415 DE 2017	
Claudemir Lourenção	
DOI 10.22533/at.ed.67219100715	
CAPÍTULO 16	174
INSTRUMENTOS ORGANIZACIONAIS DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	
Madison Rocha Ribeiro Genylton Odilon Rêgo da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.67219100716	

CAPÍTULO 17	189
INTEGRAÇÃO CURRICULAR E FORMAÇÃO INTEGRAL: TRAJETÓRIAS E INTER-RELAÇÕES	
Jane Bittencourt	
Ilana Laterman	
DOI 10.22533/at.ed.67219100717	
CAPÍTULO 18	204
O PAPEL DO COORDENADOR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS	
Evaldo Batista Mariano Júnior	
Márcia Helena Silva de Oliveira	
Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.67219100718	
CAPÍTULO 19	215
PROJETO GUAPORÉ DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ARIQUEMES-RO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERRUÇÃO DO PROGRAMA	
Francisco Roberto da Silva de Carvalho	
Silvana de Fátima dos Santos	
Carmem Tereza Velanga	
DOI 10.22533/at.ed.67219100719	
CAPÍTULO 20	226
INTERCÂMBIO CULTURAL E IDENTIDADE JUVENIL	
Sylvia Cristina de Azevedo Vitti	
DOI 10.22533/at.ed.67219100720	
CAPÍTULO 21	240
O TRATAMENTO DA DIVERSIDADE INDÍGENA NUMA ESCOLA MUNICIPAL URBANA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS, MS	
Marta Coelho Castro Troquez	
Elda Do Val Haerberlin Marcelino	
DOI 10.22533/at.ed.67219100721	
CAPÍTULO 22	250
POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL (2002-2012): UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE COTAS PARA NEGROS	
Paulo Alberto dos Santos Vieira	
Priscila Martins de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.67219100722	
CAPÍTULO 23	268
POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA SENSÍVEL	
Ana Luiza Tomazetti Scholz	
Luiza Bäumer Mendes	
Josiane Lieberknecht Wathier Abaid	
DOI 10.22533/at.ed.67219100723	

CAPÍTULO 24	277
RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: TENSÕES E DISPUTAS NO PNE E NOS PEES E PMEs	
Telmo Marcon	
Ana Lucia Kapczynski	
DOI 10.22533/at.ed.67219100724	
CAPÍTULO 25	290
POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE ENTRE 1995 E 2013: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	
Alexandre Ramos de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.67219100725	
SOBRE O ORGANIZADOR	308

DIVULGANDO O IFPR – O CONHECIMENTO ALÉM DAS SALAS

Leandro Rafael Pinto

Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba
Curitiba/PR

Wilson Lemos Junior

Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba
Curitiba/PR

RESUMO: Grande parte da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica passa pela criação em 2008 dos Institutos Federais (IF's), instituições de ensino que se propõem a uma formação contextualizada, regada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos através da educação profissional e tecnológica. Dentre estas instituições, destaca-se o Instituto Federal do Paraná, que tem uma história recente do estado, oriundo de outras instituições de educação presentes há muitas décadas. Este IF vem buscando consolidar-se como referência na educação profissional, em especial em Curitiba, no qual o IFPR possui a maior instituição pública a ofertar esta modalidade de ensino. Para ampliar o conhecimento da população em geral sobre a existência do IFPR, seus cursos e sua produção de conhecimento, projetos de extensão são necessários, pois visam estreitar os laços entre a comunidade externa e a instituição de

ensino. Nesta linha, apresenta-se o projeto de extensão “IFPRa Todos: O conhecimento além das Salas”, que visa divulgar os cursos técnico integrados do IFPR – Campus Curitiba em escolas públicas do município e da região metropolitana.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional e Tecnológica; Institutos Federais; IFPR; Extensão; Oficinas Temáticas.

ABSTRACT: Much of the expansion of the Federal Professional Education Network, science and technology is the creation in 2008 of the Federal Institutes (IF's), educational institutions that propose a contextualized training, watered knowledge, principles and values that enhance human action in search for more dignified ways of life through professional and technological education. Among these institutions, there is the Federal Institute of Paraná, which has a recent history of the state, come from other educational institutions present for many decades. This IF is seeking to consolidate itself as a reference in education, especially in Curitiba, which IFPR has the largest public institution to offer this type of education. To expand the knowledge of the general public about the existence of IFPR, their courses and their knowledge production, extension projects are needed, as are aimed at strengthening ties between the external community and the educational institution. In

this line, we present the extension project “IFPRa All: Knowledge beyond the Rooms”, which aims to promote the integrated technical courses IFPR - Campus Curitiba in public schools in the city and the metropolitan area.

KEYWORDS: Professional and Technological Education; Federal Institutes; IFPR; Extension; Thematic Offices

1 | INTRODUÇÃO

No final do ano de 2018 comemoraram-se os 10 anos da lei 11.892/08 que criou, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação. Esta lei é um marco na educação profissional do Brasil, que viu a partir de sua criação, uma expansão exponencial no número de instituições públicas que passaram a ofertar esta modalidade de ensino, em especial, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os IF's.

Estas novas escolas marcam uma ruptura no modelo educacional profissional no Brasil, pois tratam da inovação a partir da relação entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. O que se propõem é uma formação contextualizada, regada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos IF's (PACHECO, 2010).

Dentre os objetivos estipulados na lei dos Institutos Federais, pode-se citar o objetivo de “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos” (BRASIL, 2008, p. 2).

Com base nisto, a presente pesquisa tem por objetivo expor o histórico da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), a criação e expansão do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e, em especial, tem por objetivo relatar a experiência de divulgação do IFPR com o projeto de extensão “IFPRa Todos: o conhecimento além das Salas”, como forma de instigar outras instituições a buscarem formas de difundir os conhecimentos produzidos e auxiliar no desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas.

2 | HISTÓRIA E EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A história da educação no Brasil mostra que as instituições públicas são a forma

mais acessada pela população em geral quando se trata de busca pela educação. Baseadas na concepção de serem públicas, gratuitas e de qualidade as instituições públicas (federais, estaduais e municipais) ofertam todas as modalidades de ensino, em diferentes instituições, seguindo os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional 9.394/96.

Segundo Brasil (2014) a história da educação profissional e tecnológica inicia em 1909 quando o presidente Nilo Peçanha assina o Decreto 7.566 criando inicialmente 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, que tinham basicamente a função de oferecer qualificação mínima em funções básicas como engraxate, alfaiataria, marcenaria, dentre outras, a crianças e adolescentes em situação de classe baixa e/ou vulnerabilidade social.

Nos anos que se seguiram este modalidade de ensino foi ganhando força em todo país, tornando-se obrigatória em todo território. Em 1937, com a criação da nova Constituição é assinada a Lei 378, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

A década de 1940 é marcante para a educação brasileira devido a criação da Reforma Capanema que traz reflexos na educação profissional. Os ramos da educação profissional foram designados para os seguintes setores da produção: primário, para o ensino agrícola; secundário para o ensino industrial; terciário para o ensino comercial e o ensino normal para a formação de professores.

Em 1942, segundo Brasil (2014), o Decreto 4.127 transformou os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. E em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão.

A década de 1960 foi marcada por profundas mudanças na política da educação profissional, devido a criação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1967, agregaram-se à rede, as Fazendas Modelos, que passaram a funcionar como Escolas Agrícolas.

Em 1971 uma mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira tornou técnico-profissional todo currículo do segundo grau compulsoriamente. Para Brasil (2014) um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Em 1978 três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's).

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela estagnação da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. Os núcleos que já existiam tornarem-se referência nos cursos oferecidos, pois a intensificação da aplicação da tecnologia se associou a uma nova configuração dos processos de produção.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996 dispõe sobre

a Educação Profissional em um capítulo próprio, o que auxiliou na retomada da expansão da oferta da educação profissional e criou o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Uma mudança significativa foi a não obrigatoriedade da oferta do ensino médio integrado a um curso técnico, retomando a ideia da oferta dos cursos técnicos na modalidade subsequente, ou seja, cursado após a conclusão do ensino médio.

O governo Lula foi marcante na educação profissional e tecnológica, pois em 2004 o Decreto 5.154 permitiu novamente a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. Nos anos seguintes tem-se a expansão da oferta da educação profissional com a construção de novas unidades pelo Governo Federal e a integração da educação profissional com a educação de jovens e adultos, até que em 2008, a Lei 11.892 articulou a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a agregação dos CEFET's, Escolas Agrícolas, Escolas Técnicas além da criação de novos Institutos Federais (Figura 1), tendo como meta, a existência de mais de 560 Institutos Federais em funcionamento (BRASIL, 2014).

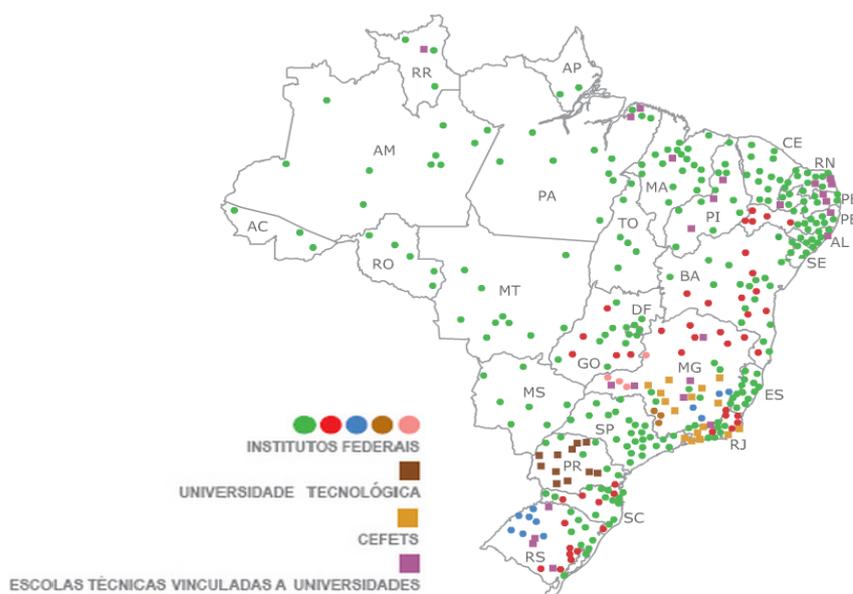


Figura 01: Mapa da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

FONTE: BRASIL/SETEC (2014)

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados, segundo Brasil (2008), com as seguintes finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação

profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Com base nestas características, a rede federal de educação tecnológica criou diversos polos de desenvolvimento desta modalidade de ensino, onde priorizou o atendimento a população como um todo, estimulando a participação popular em todas os níveis de ensino ofertadas pelos Institutos Federais.

3 | O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Em dezembro de 2008, foi promulgada a Lei n.º 11.892/2008 que criou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Em parte do país, principalmente nas grandes cidades, a Lei promoveu a transformação dos centros federais de educação tecnológica (CEFET) em institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IF). No caso do IFPR, a história ocorreu de maneira diferente, pois o CEFET-PR havia se transformado em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) no ano de 2005, tornando inviável a sua adaptação para instituto federal. Com isso, o IFPR foi criado a partir do desmembramento do Setor de Educação Profissional e Tecnológico (SEPT) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Sendo assim, a história do IFPR acabou herdando a história do SEPT da UFPR.

A história do IFPR tem origem no ano de 1869 com a criação da Escola Alemã/Deutsche Schule, formada por imigrantes alemães fixados na cidade de Curitiba. Durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, a Escola Alemã/Deutsche Schule alcançou grande projeção entre os imigrantes de nacionalidade alemã, assim como com os imigrantes de outras nacionalidades que buscavam a Escola para matricular seus filhos, muitos deles brasileiros natos (SOUZA, 2012).

A Escola Alemã/Deutsche Schule chegou a ser fechada durante o período da Primeira Guerra Mundial, mas conseguiu uma autorização para manter seu funcionamento após o término da Guerra. Em 1919, a escola adotou um nome brasileiro e passou a se chamar Colégio Progresso ofertando pela manhã o curso fundamental de oito anos em língua alemã e, pela tarde, o curso ginásial em língua portuguesa (SOUZA, 2012).

De maneira geral no Brasil, as escolas de imigrantes resistiram às pressões da Primeira Guerra Mundial, porém durante a década de 1930, com a ascensão do Governo de Getúlio Vargas, acabaram sofrendo as consequências do processo de nacionalização do ensino. Em 1934/1935 muitas escolas alemãs, italianas, polonesas e japonesas foram fechadas e substituídas por escolas nacionais em várias regiões do Brasil, porém, deve-se destacar que:

Foi neste contexto que ocorreu o fato mais relevante da história do Colégio Progresso no que diz respeito a sua relação com o IFPR e a educação profissional. No ano de 1936, a escola passou a ofertar seu primeiro curso técnico no período noturno, o Curso Comercial (LEMOS JR., 2016, p. 9).

Mesmo ingressando no ramo da educação profissional, um dos grandes investimentos do Governo brasileiro, o Colégio Progresso sofreu com a política de nacionalização projetada por Getúlio Vargas no final da década de 1930. Foram propostos decretos com ação coibitiva aos estrangeiros. Em 1938, o decreto 406 ordenou que todo material utilizado na escola elementar fosse produzido em língua portuguesa, todos os diretores e professores das escolas deveriam ser brasileiros natos, foi proibida a circulação de textos estrangeiros, revistas ou jornais nas regiões rurais do país, além de introduzir a obrigatoriedade do ensino de História e Geografia do Brasil nos currículos escolares. Em 1941, foi proibida a importação e impressão de livros-texto em língua estrangeira para o ensino elementar. “Houve exageros, destruição de material didático ou seu ocultamento por parte dos imigrantes, prisão de professores e de lideranças mais exacerbadas” (KREUTZ, 2000, p.366).

Com a proibição de professores e diretores estrangeiros de trabalharem em instituições de ensino brasileiras, o Colégio Progresso teve suas atividades paralisadas no ano de 1938, tendo seus bens confiscados e todo o seu patrimônio, localizado em uma área de 99.980m², assumido por órgãos governamentais e, posteriormente pela Escola Superior de Medicina (atual Hospital de Clínicas da UFPR). Parte dos educadores alemães do Colégio Progresso não desistiu do ramo educacional e acabou fundando um jardim de infância no ano de 1940. Porém, foi somente após o término da Segunda Guerra mundial, em 1948, que foi fundada pelo Pastor Heinz Soboll, a Escola Evangélica de Curitiba, posteriormente chamada de Colégio Martinus (LEMOS JR., 2018).

Em 1940, sob a administração da Escola Superior de Medicina, o Colégio Progresso passou a se chamar Academia Comercial Progresso, fortalecendo seu vínculo com a educação profissional, neste caso, com os cursos da área do Comércio.

Em 1942, a instituição foi oficialmente transferida para a Faculdade de Direito de Curitiba. Nas décadas seguintes, a Escola passou a funcionar com o nome de Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

No ano de 1974, o Conselho Superior da Universidade Federal do Paraná resolveu incorporar a Escola Técnica de Comércio em seus quadros, ao invés de mantê-la como um anexo. No ano de 1990, a Escola passou a se chamar Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. Na década de 1990, a Escola Técnica passou a ampliar a oferta de cursos técnicos, sendo criados os técnicos em Massoterapia, Enfermagem, Radiologia Médica, Secretariado, Administração de Empresas, Transações Imobiliárias, Diagnóstico por Imagem, Higiene Dental, Prótese Odontológica, Artes Cênicas – Ator, Informática, além do curso de Contabilidade, ofertado desde 1936. Em 2004, com a extinção dos cursos técnicos do Estado do Paraná, a Escola Técnica da UFPR passou a ofertar o Ensino Médio Geral.

No ano de 2009, a Escola Técnica, já intitulada SEPT, com o apoio do Conselho Superior da UFPR, se desmembrou para dar prosseguimento à criação do IFPR. Após o desmembramento, o SEPT prosseguiu vinculado a UFPR e atualmente oferta oito cursos superiores de tecnologia (Análise de Desenvolvimento e Sistemas, Comunicação Institucional, Gestão da Qualidade, Gestão Pública, Luteria, Negócios Imobiliários, Produção Cênica e Secretariado), dois cursos técnicos, sendo um subsequente: Agente Comunitário de Saúde e um integrado ao ensino médio: Petróleo e Gás, além de 2 especializações (Inteligência Artificial e Engenharia do Software) e um Programa de Mestrado em Bioinformática (SEPT, 2019).

O IFPR herdou a grande parte dos cursos técnicos da Escola Técnica, passando a ofertá-los no Campus Curitiba. O IFPR – Campus Curitiba oferta atualmente oito cursos técnicos integrados ao ensino médio, sendo eles: Petróleo e Gás, Informática, Jogos Digitais, Contabilidade, Administração, Processos Fotográficos, Mecânica e Eletrônica, além de dezesseis cursos subsequentes ao ensino médio: Administração, Edificações, Eletromecânica, Eletrotécnica, Enfermagem, Eventos, Massoterapia, Mecânica, Processos Fotográficos, Produção de Áudio e Vídeo, Prótese Dentária, Radiologia, Saúde Bucal, Secretariado, Telecomunicações e Transações Imobiliárias. O IFPR – Campus Curitiba oferta também seis cursos superiores: Ciências Contábeis, Gestão Pública, Secretariado, Pedagogia, Massoterapia e Processos Gerenciais, seis especializações Lato Sensu (Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Gestão Pública; Gestão e Negócios; Gestão Empresarial, Contábil e Tributária, Educação Musical para a Educação Básica e Gestão Social em Políticas Públicas), além de ser uma das instituições associadas do ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (IFPR, 2019).

Mesmo com esta gama de cursos técnicos, superiores e pós-graduações, o Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba tem problemas na divulgação dos processos seletivos para o ingresso de estudantes, principalmente devido à falta de

conhecimento da comunidade externa da existência e missão do IFPR na capital. Além disso, é comum ver a comunidade confundir o IFPR com a UTFPR ou com a Escola Técnica da UFPR instituições que possuem um histórico antigo na educação do município.

4 | PROJETO “IFPRA TODOS: O CONHECIMENTO ALÉM DAS SALAS”

Objetivando sanar a falta de conhecimento da comunidade externa sobre o IFPR e seus cursos, no final do ano de 2015 idealizou-se no Campus Curitiba, o projeto de extensão denominado “IFPRA Todos: O conhecimento além das Salas”. Este projeto tinha como objetivo inicial auxiliar na resolução da questão da divulgação e conhecimento da comunidade sobre o IFPR – Campus Curitiba, além de aumentar gradativamente a relação do Campus com as escolas públicas de Curitiba e Região Metropolitana (PINTO, QUEIROZ, 2017).

Para tanto, este projeto buscou formas de integrar os conhecimentos que eram produzidos dentro do Campus, com os alunos da instituição e, formas de levar estes conhecimentos para o público externo de maneira criativa, dinâmica e de fácil acesso. Optou-se pela criação de oficinas teórico-práticas, relacionadas aos cursos ofertados pela instituição.

Pensando que a grande entrada de alunos no Campus é via cursos técnicos integrados ao ensino médio, optou-se em desenvolver a metodologia de oficinas com os discentes dos oito cursos técnico integrados do Campus Curitiba. O foco de atuação do projeto de extensão eram as escolas públicas de Curitiba e Região Metropolitana que ofertavam o nono ano do ensino fundamental, ou seja, alunos que poderiam vir a ingressar nos cursos técnicos integrados do IFPR – Campus Curitiba, principalmente devido a política de cotas da instituição, que destina 80% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, bolsistas de escolas particulares, negros, pardos, indígenas ou com deficiência.

Definido estas questões gerais, o projeto adotou como objetivos específicos: a) promover a integração entre os discentes de diferentes cursos técnicos integrados do Campus Curitiba; b) capacitar os discentes envolvidos no projeto no planejamento, preparação e execução de oficinas temáticas para alunos do ensino fundamental de escolas públicas; c) divulgar os cursos técnicos integrados do IFPR – Campus Curitiba nas escolas públicas de Curitiba e Região Metropolitana; d) desenvolver e praticar junto aos discentes envolvidos as habilidades específicas dos seus cursos técnicos integrados.

Por meio destes objetivos, esperou-se ampliar o conhecimento do público geral de Curitiba e Região Metropolitana, em especial dos alunos concluintes do ensino fundamental, sobre as características dos cursos técnicos integrados do IFPR – Campus Curitiba, ampliando sua divulgação entre a comunidade externa, aumentando a procura por estes cursos nos processos seletivos e reforçando a marca do IFPR

como um todo, principalmente no que se refere a sua função social, visão e valores.

Para alcançar os resultados esperados, desde o início das atividades no ano de 2016, o projeto estrutura-se metodologicamente das seguintes etapas:

1º) Seleção da equipe de trabalho: tomando como base o objetivo de divulgar todos os oito cursos técnicos integrados que existem no Campus Curitiba, o projeto seleciona pelo menos um discente de cada curso, para atender toda a gama de cursos existentes. Procura-se dar preferência para alunos concluintes dos cursos, pois os mesmos apresentam em teoria maior de conhecimento específico sobre suas áreas. Como forma de incentivo a atuação no projeto, busca-se anualmente editais de fomento a bolsas de extensão (PIBEX-Jr e PBIS), contudo nunca é suficiente para todos os envolvidos, por isso, grande parte da equipe é composta por alunos voluntários;

2º) Apresentação da proposta e formação das equipes: Após a seleção dos bolsistas e voluntários é apresentado a todos, a proposta do projeto, bem como os objetivos e resultados esperados. Neste momento os envolvidos são divididos conforme disponibilidade de horário e carga de trabalho. São formadas as equipes por turno (manhã e tarde) e, a partir daí, os discentes e coordenadores iniciam o diálogo para ver que tipo de oficinas podem ser ofertadas;

3º) Seleção das escolas participantes: visando os objetivos deste projeto, são contatadas escolas de ensino fundamental de Curitiba e Região Metropolitana que queiram firmar parceria com o projeto, desde que tenham disponibilidade no calendário e recursos mínimos para receber as oficinas dos discentes do IFPR. Este contato é feito por todos os membros da equipe. Vale destacar que desde o ano de 2017, o projeto estabeleceu uma parceria com a Fundação de Ação Social (FAS), da Prefeitura Municipal de Curitiba, que tem uma linha de atuação com jovens carentes do município denominado “Jovens e o Mundo do Trabalho” e, ao conhecer as ações do projeto, solicitou que as oficinas também fossem aplicadas a estes jovens, independente de ano escolar que estejam. Desde então, estas visitas também fazem parte da agenda do projeto;

4º) Elaboração das Oficinas: As oficinas que são ofertadas aos alunos das escolas de ensino fundamental são desenvolvidas pelos discentes do IFPR envolvidos no projeto e tem como base, a aplicação de conhecimentos específicos dos seus respectivos cursos técnicos integrados. São oficinas que duram em média 1 hora e 30 minutos, e são organizadas da seguinte forma: primeiramente uma apresentação geral do IFPR, modo de ingresso, cursos ofertados e auxílios estudantis. Na sequência, começa a parte específica do curso técnico escolhido, no qual são apresentados as características gerais do curso (tempo de duração, matriz das disciplinas, mercado de trabalho, dentre outros). Posteriormente, é apresentado um tema teórico específico do curso, para então, na maior parte da oficina, ser desenvolvido algum conhecimento prático junto aos participantes. Prioriza-se que as oficinas sejam dinâmicas, interativas, com uso de diferentes mídias, mas acima de tudo, que sejam elaboradas e aplicadas pelos próprios alunos dos cursos técnicos integrados, mostrando o protagonismo

deles em demonstrar o que aprenderam no curso, como aqueles conhecimentos são importantes e, acima de tudo, como seu curso vem mudando sua vida;

5º) Aplicação das Oficinas: Antes da aplicação das oficinas, os discentes do IFPR tem contato com a realidade das escolas fundamentais que vão atuar, podendo observar desde sua estrutura, necessidades e qualidades, além de conhecer o perfil dos alunos. Somente após este encontro é que são ofertadas as oficinas aos alunos das escolas públicas, que escolhem previamente a oficina que vão participar conforme a disponibilidade no dia da visita. As oficinas acontecem na própria escola parceira, utilizando-se das salas de aulas, das quadras esportivas, laboratórios de informática e/ou demais espaços que a escola tenha e que sejam necessários para a realização das oficinas. Há um número limite de participantes em cada oficina, definido pelo aluno que está responsável, visando principalmente a maior interação entre os participantes e o acompanhamento individual pelo discente responsável nos momentos práticos da oficina;

6º) Avaliação dos resultados: Constantemente são avaliados os resultados dos trabalhos junto aos alunos participantes, seja do processo de elaboração das oficinas até sua aplicação. Contudo, em momentos específicos, são confeccionados relatórios parciais e finais do projeto, além da elaboração de trabalhos para serem apresentados em eventos específicos;

Para exemplificar o que vem sendo adotado desde 2016, apresenta-se a seguir algumas oficinas, por curso técnico integrado e que tiveram êxito na sua aplicação:

Técnico Integrado em Administração: TOMADA DE DECISÕES

Oficina realizada no turno da tarde e que tinha como objetivo, levar os participantes a reconhecer suas capacidades individuais quando submetidos a situações de pressão, a procura de soluções e tomada de decisões imediatas, mostrando de forma figurativa, o comportamento de um administrador.



Figura 02: Oficina “Tomada de Decisões”

Fotografia: PINTO (2018)

Técnico Integrado em Eletrônica: CHOQUE NELES

Oficina realizada no turno da manhã, a qual consiste em levar aos participantes componentes utilizados no curso de eletrônica, explicando cada item e em seguida, montar um circuito que envolve luzes e sons, a fim de demonstrar a técnica envolvida no curso, com muita descontração e com choque coletivo ao final da experiência.



Figura 03: Oficina “Choque Neles”

Fotografia: PINTO (2018)

Técnico Integrado em Informática: FÁBRICA DE HACKERS

Oficina realizada à tarde e que buscou demonstrar aos participantes alguns tópicos trabalhados no curso, conhecimentos básicos da informática a partir da criação de um aplicativo, proporcionando aos alunos, uma vivência sobre o curso. Foi aplicada de forma teórica e prática, dependendo da disponibilidade do laboratório de informática.



Figura 04: Oficina “Fábrica de Hackers”

Fotografia: PINTO (2018)

Técnico Integrado em Mecânica: GRAXEIROS MIRINS

Realizada pela manhã, visou apresentar os princípios da mecânica, dando introdução aos sistemas hidráulicos através de um guindaste caseiro de mesa, além de outras explicações dadas a partir de uma gincana em grupo. Havia premiação de valor simbólico aos participantes.



Figura 05: Oficina “Graxeiros Mirins”

Fotografia: PINTO (2018)

Técnico Integrado em Petróleo e Gás: FRENTISTAS AO AR

Realizado à tarde. A oficina se baseou na apresentação de conceitos e teorias que envolvem o curso. Foi explicada a reação que ocorre no processo de lançamento de um foguete caseiro e após as instruções, os alunos receberam garrafas PET's já preparadas para lançamento do projétil.



Figura 06: Oficina “Frentistas ao Ar”

Fotografia: PINTO (2018)

Técnico Integrado em Processos Fotográficos: CONGELANDO O IMPOSSÍVEL

– UMA VISÃO FOTOGRÁFICA

Oficina realizada pela manhã e que tinha por objetivo ensinar noções fotográficas, com o intuito de que os participantes desenvolvessem uma atividade prática a partir do conhecimento teórico. Além disso, foi comentado sobre a dinâmica do curso de Processos Fotográficos.



Figura 07: Oficina “Congelando o impossível – uma visão fotográfica”

Fotografia: PINTO (2018)

Técnico Integrado em Contabilidade: DESCOBRINDO O CUSTO - COMO É

FEITO O PREÇO DO SEU LANCHE?

Realizadas à tarde, esta oficina teve como objetivo demonstrar aos participantes a origem do preço dos produtos, além de conhecimentos sobre como calcular e encontrar o lucro dos mesmos. Ao final, os participantes propunham a criação e comercialização de um produto de cantina.



Figura 08: Oficina “Descobrimdo o custo - como é feito o preço do seu lanche?”

Fotografia: PINTO (2018)

Técnico Integrado em Programação de Jogos Digitais: CRIANDO HISTÓRIAS - CONFECCIONANDO JOGOS

Realizada pela manhã, esta oficina consistiu em proporcionar ao aluno, experiências de criação de jogos, desenvolvimento da criatividade e trabalho em equipe a partir do invento e confecção de um jogo de tabuleiro. Nas escolas que dispunham de laboratório de informática, também eram demonstrados softwares de criação de personagens e jogos.



Figura 09: Oficina “Criando Histórias – Confeccionado Jogos”

Fotografia: PINTO (2018)

Desde o início do projeto já foram visitadas mais de 60 escolas e instituições de ensino (Tabela 01), totalizando mais de 2000 alunos que participaram de pelo menos

uma das oficinas.

Ano	Total de escolas/instituições visitadas	Total de Oficinas Realizadas
2016	18	54
2017	22	62
2018	28	73
TOTAL	68	189

Tabela 01: Total de escolas e oficinas realizadas por ano

Org.: PINTO (2019)

No geral, os envolvidos gostam muito de participar do projeto, pois desenvolvem senso de responsabilidade, sendo representantes do IFPR e de seus cursos perante a comunidade externa. É notório o desenvolvimento pessoal de cada um e como a cada oficina, se aperfeiçoam no posicionamento perante o público, além de resolver problemas que surgem ao longo das oficinas.

Outro resultado interessante se refere as avaliações realizadas junto aos estudantes das oficinas. É nítida a empolgação de todos com a oportunidade de conhecer uma nova instituição e a possibilidade que eles tem de estudar no IFPR, além de ter contato com a educação profissional e tecnológica. No levantamento sobre quais pretendem prestar os processos seletivos do IFPR, mais de 90%, em média, declararam estar interessados em concorrer a uma das vagas dos cursos técnicos integrados do IFPR – Campus Curitiba.

Ainda com base nas inscrições feitas no processo seletivo de 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019, notou-se um aumento significativo no número de inscrições em relação aos processos anteriores, inclusive, em cada uma das turmas de primeiro ano dos cursos técnicos integrados que ingressaram em 2017, 2018 e 2019, há cerca de 3 a 5 alunos que participaram das oficinas no ano anterior em suas escolas.

Portanto, entende-se que este projeto atende aos princípios adotados no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR (2014) que prioriza que “o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Inovação têm seus objetos definidos a partir do permanente estudo dos aspectos regionais, que indicarão as aproximações e as diferenças entre os fatores de desenvolvimento como um dos pontos de partida para o planejamento das ações nos diferentes campus”. Cumpre-se assim, o papel dos IF’s em mudar a realidade regional, em especial Curitiba, onde grande parte dos filhos da classe trabalhadora não tem oportunidades de ingressar em uma instituição de qualidade e referência na educação profissional e tecnológica.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo ainda galgando visibilidade na esfera educacional, já se percebe grandes resultados no que concerne às mudanças sociais que os institutos federais vêm gerando em diferentes estados do país, melhorando a formação de indivíduos não só para o mundo do trabalho, mas também formando cidadãos mais responsáveis, engajados com as transformações sociais, compreendendo a pesquisa como um princípio educativo e, acima de tudo, a possibilidade de mudança por meio do ensino e da educação.

Já sobre o projeto de extensão apresentado, entende-se que é um projeto de colaboração mútua, pois ao mesmo tempo em que os discentes do IFPR estarão levando conhecimento específico de cada curso do Campus Curitiba para dentro das escolas públicas de ensino fundamental, estão também recebendo novas experiências ao conhecer outros ambientes educacionais, outras realidades sociais e tendo contato com alunos de faixa etária próxima a deles. Divulga-se o IFPR, mas também há o crescimento enquanto indivíduo membro de uma sociedade, não se distanciando assim da missão dos IF's.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: 16 de novembro de 2015.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 16 de novembro de 2015.

IFPR, Instituto Federal do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2014 – 2018)**. 330 p. Disponível em: <<http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/pdi-2014-2018-versao-final-1.pdf>> Acessado em: 17 de novembro de 2015.

IFPR – Campus Curitiba. **Instituto Federal do Paraná**: Campus Curitiba. Disponível em: <<http://www.curitiba.ifpr.edu.br>>Acesso em: 20 fev. 2019.

KREUTZ, L. A educação de Imigrantes no Brasil. In: 500 anos de Educação no Brasil. (org) LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LEMOS JR, W. A História da Educação Profissional no Brasil e as Origens do IFPR. **Revista Mundi sociais e Humanidades**. Curitiba, PR, v.1, n.1, p. 1-15, jan./jun., 2016.

LEMOS JUNIOR, W. As origens da educação profissional no IFPR. In: SHIGUNOV, A. N.; SILVA, A. C.; FORTUNATO, I (org.). **Passado, presente e futuro nos Institutos Federais de Educação**. São Paulo: Edições Hipótese, 2018.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2010

PINTO, L. R.; QUEIROZ, S. M. P. L. IFPRa Todos: O conhecimento além das Salas. In.: **Revista Difusão**. V. 1. n° 02. 2017. p. 23 - 25.

SEPT. **SEPT – Educação Profissional e tecnológica**. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://www.sept.ufpr.br/portal/cursos/>>. Acesso em: 21. Fev. 2019.

SILVA, Aínda M. M. **Escola Pública e Formação da Cidadania**: Possibilidades e Limites. 222 p. Tese (Doutor em Educação) – USP, São Paulo, 2000.

SOUZA, R. S. **A estrada do poente**. Curitiba: Máquina de escrever, 2012.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-467-2

